



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
CAMPUS MACAPÁ

MAISSA DE SÁ LOBATO
MASCILENE ALMEIDA DOS SANTOS

O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO PRISIONAL DE MACAPÁ-AP

MACAPÁ-AP

2024

MAISSA DE SÁ LOBATO
MASCILENE ALMEIDA DOS SANTOS

O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO PRISIONAL DE MACAPÁ-AP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Licenciatura em Matemática como requisito avaliativo para obtenção do título de Licenciada em Matemática.
Orientadora: Ma. Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães.

MACAPÁ-AP

2024

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L796e Lobato, Maíssa de Sá
O ensino da matemática no contexto prisional de Macapá-AP / Maíssa de Sá Lobato, Mascilene Almeida dos Santos. - Macapá, 2024.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Macapá, Curso de Licenciatura em Matemática, 2024.

Orientadora: Ma. Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães.

1. educação na prisão. 2. educação matemática. 3. métodos de ensino. I. dos Santos, Mascilene Almeida . I. Guimarães, Ma. Luciana Carlena Correia Velasco, orient. II. Título.

MAISSA DE SÁ LOBATO
MASCILENE ALMEIDA DOS SANTOS

O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO PRISIONAL DE MACAPÁ-AP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Licenciatura em Matemática como requisito avaliativo para obtenção do título de Licenciada em Matemática.
Orientadora: Ma. Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 LUCIANA CARLENA CORREIA VELASCO GUIMARÃES
Data: 29/02/2024 21:51:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Luciana Carlena Correia Velasco (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Documento assinado digitalmente
 CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA
Data: 01/03/2024 17:04:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Cristina Coutinho de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

Documento assinado digitalmente
 LUIS ALEXANDRE LEMOS COSTA
Data: 29/02/2024 22:52:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luis Alexandre Lemos Costa
Universidade Federal do Amapá

Apresentado em: 27/02/2024.

Conceito/Nota: 96

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram de maneira significativa para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Primeiramente a Deus, por ter nos sustentado até aqui, a nossa orientadora, Luciana Carlena, por sua orientação e apoio ao longo desse processo.

Além disso, queremos estender nossos agradecimentos aos professores que, com sabedoria e paciência, compartilharam seus conhecimentos, contribuindo para o enriquecimento deste trabalho.

Às nossas famílias, expressamos nossa profunda gratidão pelo amor incondicional, incentivo constante e compreensão durante os momentos desafiadores deste percurso acadêmico.

Aos nossos amigos mais próximos, que estiveram conosco desde o início e nos acompanharam em cada etapa deste percurso, queremos expressar nosso sincero apreço. Suas palavras de encorajamento, seu apoio incondicional e sua presença constante foram fontes de força e inspiração para nós.

Aos amigos da faculdade, com quem compartilhamos não apenas as aulas e os desafios acadêmicos, mas também momentos de descontração e companheirismo, queremos agradecer por fazerem parte desta jornada conosco. Suas contribuições para nossas discussões e trocas de ideias foram inestimáveis e enriqueceram significativamente nosso estudo.

O êxito deste trabalho é fruto de uma cooperação notável e da reciprocidade de apoio durante todo o percurso. Expressamos nossa profunda gratidão a todos que se uniram a nós nessa trajetória acadêmica singular e enriquecedora, compartilhando experiências e contribuindo para o nosso progresso.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

(Nelson Mandela)

RESUMO

O foco deste estudo é o ensino de matemática na educação prisional de Macapá, em particular de uma instituição de ensino dentro do Complexo Penitenciário. O principal objetivo desta pesquisa foi analisar o ensino de matemática nesse contexto específico, incluindo a análise das estratégias pedagógicas adotadas, avaliação do processo de aprendizagem e a identificação dos desafios enfrentados pelos professores. Esta pesquisa foi descritiva, com delineamento de estudo de caso e abordagem qualitativa, a qual destaca a importância da educação na prisão para a ressocialização de Pessoas Privadas de Liberdade (PPL). Os resultados ressaltam a relevância do ensino de matemática no processo de reintegração social e métodos educacionais adaptados. Conclui-se que é fundamental implementar medidas para aprimorar o ensino de matemática no ambiente prisional, incluindo investimentos em formação continuada para os professores, disponibilização de recursos didáticos adequados e estabelecimento de parcerias entre outras instituições educacionais. Essas ações são essenciais para garantir que o ensino de matemática contribua positivamente para a transformação das vidas dos PPL e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: educação na prisão; educação matemática; métodos de ensino.

ABSTRACT

The focus of this study is the teaching of mathematics in prison education in Macapá, in particular in an educational institution within the Penitentiary Complex. The main objective of this research was to analyze the teaching of mathematics in this specific context, including analysis of the pedagogical strategies adopted, evaluation of the learning process and identification of the challenges faced by teachers. This research was descriptive, with a case study design and a qualitative approach, which highlights the importance of education in prison for the resocialization of People Deprived of Liberty (PPL). The results highlight the importance of teaching mathematics in the process of social reintegration and adapted educational methods. It is concluded that it is essential to implement measures to improve mathematics teaching in the prison environment, including investments in continuing training for teachers, the provision of adequate teaching resources and the establishment of partnerships between other educational institutions. These actions are essential to ensure that math teaching contributes positively to transforming the lives of PPLs and to building a fairer and more inclusive society.

Keywords: education in prison; mathematics education; teaching methods.

LISTA DE SIGLAS

CF	Constituição Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMC	Educação Matemática Crítica
IAPEN-AP	Instituto de Administração Penitenciária do Amapá
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
TJAP	Tribunal de Justiça do Estado do Amapá
VEP	Vara de Execução Penal
CGPLI	Coordenação-Geral dos Programas do Livro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	O degredo como punição no Brasil colonial	12
2.1.1	A colônia penal em Clevelândia do Norte - Oiapoque/AP	12
2.2	O Sistema Prisional Brasileiro	13
2.3	O Sistema Prisional Brasileiro e a Educação	16
2.4	A estrutura educacional prisional e sua importância na ressocialização	18
2.4.1	A EJA nos estabelecimentos penais	19
2.4.2	O Ensino da Matemática	19
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
3.1	Local	21
3.2	Participante	22
3.3	Aspectos Éticos	22
3.4	Instrumento e etapas da pesquisa	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	
	APÊNDICE B – Questionário	

1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel de extrema importância na formação dos indivíduos e, por conseguinte, na promoção do desenvolvimento e equilíbrio nos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais da sociedade. Dada sua relevância em diversas esferas, é imperativo que sejam implementados esforços destinados à sua proteção e garantia junto à comunidade. Portanto, discutir a importância da educação implica em considerar uma variedade de contextos e necessidades em que ela se mostra essencial.

Pessoas Privadas de Liberdade (PPL), temporariamente, perdem o direito de ir e vir. E têm assegurado por lei a educação. A Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, também conhecida como Lei de Execuções Penais (LEP), visa efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a reintegração social do condenado e do internado, sendo uma das assistências, a educacional.

Um dos principais objetivos do Sistema Prisional Brasileiro é a reintegração e ressocialização das PPL à sociedade, reconhecendo a educação como uma ferramenta essencial para alcançar esse propósito. No entanto, são numerosos os desafios enfrentados para garantir que o processo de aprendizagem seja significativo e relevante para os alunos, especialmente considerando as particularidades do ambiente prisional.

A LEP estabelece diretrizes para a execução das penas no Brasil. Embora não faça obrigatória a oferta de ensino nas prisões, a legislação garante como um direito das PPL. Possibilitando assim a oferta da modalidade de ensino em Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro das unidades prisionais.

Nas instituições penitenciárias a EJA, conforme estipulado na legislação educacional brasileira, isto é, na Resolução n.º 2, de 19 de maio de 2010 e na Lei n.º 9.394/1996, dispõe que indivíduos privados de liberdade retomam seus estudos, cobrindo tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, de acordo com suas necessidades educacionais e as orientações estabelecidas pelas autoridades competentes.

É relevante notar que, embora a LEP não obrigue os estados a oferecerem assistência educacional em nível de ensino médio à população carcerária, no Estado do Amapá, por meio de uma iniciativa liderada pela gestora escolar Lisete Clemente, foi possível disponibilizar essa modalidade da Educação Básica para os Pessoas Privadas de Liberdade pelo Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN-AP). Como resultado, tanto o ensino fundamental quanto o médio passaram a ser oferecidos por meio de turmas regulares da EJA para os detentos com "bom comportamento" nos regimes fechado e provisório. Isso inclui o

"benefício de remissão de pena pelo estudo", estabelecido pelo juiz da Vara de Execução Penal do Estado do Amapá, Reginaldo Gomes de Andrade, conforme a Portaria n.º 009/05-VEP (VASQUEZ, 2008).

O ensino no contexto prisional tem sido objeto desta pesquisa, visto que a privação de liberdade não deve significar a exclusão do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento pessoal. No âmbito dessa discussão, destaca-se a relevância do papel do professor e do ensino de disciplinas fundamentais, como a Matemática, para a ressocialização e reintegração dos indivíduos privados de liberdade à sociedade.

Nesse contexto, o presente estudo visa descrever e compreender o ensino da Matemática no sistema prisional de Macapá-AP; especificamente, em a) analisar as estratégias pedagógicas adotadas pelos professores de matemática; b) avaliar o processo de aprendizagem da matemática; e, c) identificar os desafios enfrentados pelos professores no ensino de matemática no ambiente prisional.

Justifica-se este trabalho para compreensão da importância da educação como ferramenta essencial para a reinserção social dos detentos. Pois, o acesso à educação dentro das prisões não apenas oferece oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, mas também contribui para a redução da reincidência criminal, promovendo, assim, a segurança pública e a ressocialização efetiva dos indivíduos.

Trabalhos na área, como o de Vasquez (2008), destaca a necessidade de uma abordagem pedagógica específica e adaptada à realidade do sistema prisional, levando em consideração as particularidades dos detentos, tais como o histórico de vida, as limitações de aprendizagem e as condições socioeconômicas. Portanto, é importante estratégias de ensino diferenciadas, que possam despertar o interesse dos alunos e promover a aprendizagem significativa, mesmo em um ambiente desafiador como o prisional. Além disso, a literatura aponta para a escassez de pesquisas que explorem especificamente o papel do professor e o ensino de Matemática dentro das prisões, destacando a necessidade de investigações mais aprofundadas nessa área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O degredo como punição no Brasil colonial

O degredo era uma forma de punição judicial que consistia na expulsão de um criminoso de sua residência para colônias distantes. Essa prática foi adotada ao longo de todo o período colonial brasileiro. Os degredados eram enviados para trabalhar em obras públicas, missões militares e diversos serviços de interesse da Coroa, visando não apenas punir os infratores, mas também colonizar e desenvolver regiões afastadas do centro administrativo. Com frequência, essas pessoas eram obrigadas a trabalhar nas colônias em troca de uma possível liberdade condicional.

Obrigados a prover o próprio sustento nos locais de degredo – somente a partir do final do século XVIII começou a se implantar em Portugal a ideia de que o Estado era responsável pela sobrevivência dos cidadãos que condenava – os degredados enfrentavam dificuldades de diversas naturezas. Tais dificuldades iniciavam-se no reino, durante a detenção e o confinamento em alguma prisão, continuavam nas longas e árduas viagens oceânicas e persistiam nas colônias desconhecidas (AMADO, 2000, p. 825).

Essa forma de punição visava não apenas deter indivíduos considerados perigosos para a sociedade, mas também explorar mão-de-obra para o benefício econômico e político da Coroa Portuguesa.

Ao longo do tempo, o sistema de degredo passou por mudanças, especialmente com a introdução de novas políticas e leis, mas durante o período colonial brasileiro, foi uma prática significativa na administração da justiça e na expansão territorial do império português.

2.1.1 A colônia penal em Clevelândia do Norte - Oiapoque/AP

A colônia penal em Clevelândia do Norte, localizada no município de Oiapoque, no estado do Amapá, foi uma instituição penitenciária criada pelo governo brasileiro durante o regime militar.

Imersa na vegetação intocada, encontra-se a uma distância de 590 quilômetros da capital, Macapá. Inicialmente designada como "Colônia Militar do Oiapoque", a cidade foi estabelecida para lidar com a demanda de prisioneiros enviados pelo Distrito Federal do Brasil, que naquela época era representado pela cidade do Rio de Janeiro. Esta região no extremo norte do Brasil desempenha um papel significativo na história, sendo objeto de

estudos devido às experiências e narrativas dolorosas vivenciadas ali. Popularmente apelidada de "Inferno verde", Clevelândia frequentemente é comparada a campos de concentração.

Um regime de trabalho exaustivo, hierarquia entre os presos, humilhação, maus-tratos, tortura, surto de disenteria, malária e outras doenças tropicais, foram denunciados à época pelos prisioneiros. Estima-se que metade dos presos, o que seria cerca de 500 desterrados, morreram durante a curta duração da colônia penal, que foi extinta em 1926, ao fim do governo Bernardes (BURGARELLI, 2016, p. 22).

Essa colônia penal foi projetada para abrigar prisioneiros políticos considerados subversivos pelo regime militar da época. O local era isolado e de difícil acesso, situado na região da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, e tinha como objetivo afastar os prisioneiros das áreas urbanas e centros de atividade política.

Os detentos na colônia penal em Clevelândia do Norte enfrentavam condições difíceis, incluindo trabalho forçado, isolamento e falta de condições adequadas de vida. Muitos prisioneiros políticos foram submetidos a abusos e tortura durante seu tempo de detenção nessa instituição.

Com o fim do regime militar e a redemocratização do Brasil, a colônia penal em Clevelândia do Norte foi fechada em 1926. Atualmente, o local não funciona mais como uma instituição penitenciária e sua história serve como lembrança sombria de um período de repressão política no país.

2.2 O Sistema Prisional Brasileiro

O sistema carcerário brasileiro constitui uma estrutura complexa composta por uma rede de estabelecimentos penais, cuja finalidade é a custódia e a ressocialização de indivíduos condenados pela justiça por delitos cometidos. Esse sistema reflete os princípios consagrados pela Constituição Federal de 1988, que preconiza a ressocialização como um dos objetivos primordiais da pena privativa de liberdade. Entretanto, enfrenta uma série de desafios que comprometem sua eficácia e eficiência.

Os primórdios do sistema prisional no Brasil remontam à Carta Régia de 8 de julho de 1796, que determinou a construção da Casa de Correção da Corte. No entanto, somente em 1834 iniciaram-se as construções da Casa de Correção na então capital do país, o Rio de Janeiro, sendo inaugurada em 6 de julho de 1850.

Conforme observado por Di Santis (2012), em virtude do Brasil ser então uma

colônia portuguesa, não havia um código penal próprio, sendo adotadas as Ordenações Filipinas, que previam uma série de crimes e penas, incluindo a pena de morte e penas corporais. Somente em 1830 parte das Ordenações Filipinas foi revogada, instituindo-se o Código Criminal do Império do Brasil, que aboliu penas consideradas mais cruéis como açoite, tortura, ferro quente, dentre outros; embora mantivesse a pena de morte para determinados crimes, conforme dispõe em seu artigo 38: “Art. 38. A pena de morte será dada na forca”.

A implementação da prisão como forma de pena ocorreu de duas maneiras: a prisão simples e a prisão por meio do trabalho. O Artigo 49 do referido Código estabeleceu que, enquanto não fossem estabelecidas prisões com as devidas condições para o trabalho dos condenados, as penas de prisão com trabalho seriam substituídas pela de prisão simples, acrescida de um sexto do tempo previsto para aquelas. Assim, é evidente a falta de qualidade das prisões no Brasil desde os seus primórdios.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, introduziu a dignidade como um atributo humano fundamental, representando um marco global (SILVA, 2021). Já a Constituição Federal de 1988 consagrou a dignidade da pessoa humana como um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito do Brasil.

Conforme estipulado pelo Artigo 1º, a CF estabelece como princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

De acordo com Rocha (1998, p. 1):

A proclamação dos direitos fundamentais do homem, de maneira explícita nas declarações de direitos e sua inserção nas Constituições, é algo recente, tendo assentado-se após a Segunda Grande Guerra Mundial, com o despertar da comunidade internacional para o sentimento de que a proteção dos direitos da pessoa humana há de ser objeto de preocupação internacional.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 não apenas estabeleceu um regime político democrático, mas também representou um avanço significativo no campo dos direitos humanos e das garantias fundamentais. A introdução de novas formas de pena de prisão foi viabilizada pela criação do Código Penal de 1988.

Esse código limitou as penas de prisão a um máximo de 30 anos, estabelecendo diferentes modalidades como a prisão disciplinar, a prisão celular, a prisão com trabalho obrigatório e a reclusão, ao mesmo tempo em que aboliu penas como a morte e as perpétuas

ou coletivas. No cenário atual, de acordo com o Artigo 32 do Código Penal de 1984, o Brasil reconhece três tipos de pena: privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa (BRASIL, 1984).

A introdução de novas formas de pena de prisão foi viabilizada pela criação do Código Penal de 1890. Esse código limitou as penas de prisão a um máximo de 30 anos, estabelecendo diferentes modalidades como a prisão disciplinar, a prisão celular, a prisão com trabalho obrigatório e a reclusão, ao mesmo tempo em que aboliu penas como a morte e as perpétuas ou coletivas. No cenário atual, de acordo com o Artigo 32 do Código Penal de 1984, o Brasil reconhece três tipos de pena: privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa (BRASIL, 1984).

A evolução do sistema prisional ao longo dos séculos tem sido marcada por transformações que visam aprimorar a reabilitação e a ressocialização dos indivíduos privados de liberdade. Entretanto, o sistema enfrenta desafios como a superlotação das unidades penitenciárias, a falta de investimentos em programas educacionais e de assistência social, além de problemas estruturais e de gestão, como corrupção e falta de transparência.

Oliveira (2006, p.2) relata que

O sistema prisional, ao longo dos séculos, passou por várias transformações que acarretaram na sua progressiva evolução. Uma vez que, anterior ao início do século XVII, os indivíduos eram abandonados à sorte e a regra da prisão não era considerada como pena. E, em meados do século XVIII, o indivíduo passa de fato a cumprir sua pena. Contudo, é no século XIX que se dá o apogeu da pena privativa de liberdade e, no século XX, surgem as propostas de concepções modernas de ressocialização para os homens criminosos. Atualmente, século XXI, as perspectivas de ressocialização em que se encontra o sistema prisional é melhor do que em relação aos séculos anteriores.

Uma das principais questões enfrentadas pelo Sistema Prisional Brasileiro é a superlotação das unidades penitenciárias, resultando em condições precárias de vida para os detentos, violações de direitos humanos e dificuldades para implementar programas de ressocialização eficazes (BATISTA, 2017). Além disso, há uma preocupante incidência de violência, corrupção e falta de infraestrutura adequada nas prisões brasileiras (LIMA, 2020).

Outro desafio significativo é a falta de investimento em programas de educação, trabalho e assistência social dentro do sistema prisional. Embora a educação seja reconhecida como uma ferramenta crucial para a ressocialização dos detentos, a oferta de ensino nas prisões é limitada e muitas vezes inadequada (GOMES, 2019). A falta de oportunidades de trabalho e de preparação para o mercado após a saída da prisão também contribui para altas taxas de reincidência criminal.

Além disso, o Sistema Prisional Brasileiro enfrenta problemas estruturais e de gestão, incluindo a corrupção, a falta de transparência e a ausência de políticas consistentes de segurança e respeito aos direitos humanos (DIAS, 2021). Essas deficiências tornam o sistema vulnerável à violência, rebeliões e fugas, comprometendo a segurança dos detentos, dos funcionários e da sociedade em geral.

Para superar esses desafios e efetivamente promover a ressocialização dos detentos, são necessárias reformas estruturais profundas no sistema prisional brasileiro, incluindo investimentos em infraestrutura, programas educacionais e de capacitação profissional, além de medidas para combater a corrupção e garantir o respeito aos direitos humanos. Somente assim será possível cumprir a função do sistema prisional de reintegrar os indivíduos à sociedade de maneira eficaz e justa.

2.3 O Sistema Prisional Brasileiro e a Educação

Historicamente, a educação no Brasil tem favorecido determinados estratos sociais, visando a manutenção do *status quo* e beneficiando predominantemente a classe dominante em detrimento das classes populares (SOUZA, 2019). Durante longo período, o acesso à educação no país foi restrito às elites, considerado um privilégio para poucos. Essa exclusão manifestava-se tanto pela limitação de acesso à educação quanto pela qualidade do ensino oferecido, muitas vezes inadequado às necessidades dos estudantes de origem mais humilde, convertendo-se em um poderoso mecanismo de legitimação das disparidades sociais.

De acordo com Souza (2019), em diferentes períodos da história brasileira, embora as realidades e contextos variem, o modelo de educação direcionado às classes populares mantém-se constante: uma educação domesticadora, elitista, reacionária e frequentemente ministrada em condições precárias, privando-as de uma educação verdadeiramente democrática, libertadora, transformadora e de qualidade.

A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento individual e social, sendo uma ferramenta com poder transformador, capaz de inculcar valores, fomentar o pensamento crítico e proporcionar uma visão mais ampla do mundo e do papel de cada indivíduo nele, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e harmoniosa. Como afirmou Freire (2000, p. 67), "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

A educação transcende a mera transmissão de conhecimentos, sendo essencial que ocorra uma verdadeira troca de aprendizagem, como ressaltado por Freire (1997): "Quem

ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender". Dessa forma, a educação, enquanto ferramenta capaz de transformar o mundo, deve começar com as pessoas.

A reinserção do indivíduo na sociedade pode ser promovida por meio da educação, que desempenha um papel contínuo como elemento de reeducação. Assim, os indivíduos privados de liberdade recebem assistência em diversos aspectos, conforme estipulado pelo Artigo 11 da Lei de Execução Penal nº 7.210/84, que define os tipos de assistência a serem prestados, incluindo a educacional (LEP, 1984, art. 11).

Michel Foucault, em sua obra de 1988 (p. 224), oferece uma contribuição valiosa para a compreensão da Política de Educação no ambiente prisional. Ele argumenta que a educação do detento é simultaneamente uma precaução vital no interesse da sociedade e uma obrigação para com o próprio detento, representando uma poderosa ferramenta de reflexão. Apesar de sua análise teórica diferenciada, percebem-se em Foucault análises críticas que ressaltam os micropoderes, como o Estado, os quais não devem ser negligenciados, mas sim observados por meio de uma abordagem educacional crítica.

Nessa perspectiva, Foucault destaca a dualidade da educação no cárcere, reconhecendo sua importância como medida preventiva para a sociedade e, ao mesmo tempo, como uma responsabilidade ética em relação ao detento. A educação, para Foucault, não é apenas um instrumento de controle social, mas também uma força que capacita o indivíduo a pensar criticamente sobre sua condição e seu papel na sociedade.

A referência aos "micropoderes" indica a ênfase de Foucault em analisar as relações de poder em níveis mais sutis e descentralizados, indo além das estruturas macroscópicas. Portanto, ao aplicar uma teoria educacional crítica, é crucial considerar essas dinâmicas de poder em escala menor, como o papel do Estado, para uma compreensão mais abrangente e eficaz da educação no contexto prisional.

É importante destacar que muitos brasileiros apresentam uma visão distorcida sobre a relevância da educação, como um fator essencial para a reinserção social dos indivíduos que se encontram à margem da sociedade. A subjetividade em relação a educação como agente transformador dentro e fora do sistema prisional é resultado do desconhecimento das diretrizes das políticas públicas e como estas podem afetar a vida dos indivíduos mais vulneráveis, social e economicamente. No entanto, é necessário quebrar este paradigma e validar a importância da educação no que se refere à liberdade individual, ao desenvolvimento de sujeitos conscientes e participativos na sociedade, que possam exercer plenamente a sua cidadania.

Ao longo dos anos, o processo educativo ampliou-se, tornando-se mais inclusivo,

democrático e de qualitativo, favorecendo um ensino mais eficaz, dotado de recursos que contribuem para um processo formativo digno e consciente. De acordo com a Resolução n.º 03/2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, no seu Artigo 4º, a gestão da educação no contexto prisional deve permitir parcerias com outras esferas governamentais, universidades e organizações da sociedade civil, visando à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de estímulo à educação nas prisões (BRASIL, 2009).

É importante ressaltar que muitos brasileiros têm uma visão distorcida sobre a relevância da educação como fator essencial para a reinserção social dos indivíduos marginalizados pela sociedade. A percepção subjetiva da educação como agente transformador dentro e fora do sistema prisional decorre da falta de conhecimento sobre as diretrizes das políticas públicas e de seu impacto na vida dos mais vulneráveis social e economicamente. No entanto, é fundamental desmistificar essa concepção e reconhecer a importância da educação na garantia da liberdade individual e no desenvolvimento de sujeitos conscientes e participativos na sociedade, capazes de exercer plenamente sua cidadania.

2.4 A estrutura educacional prisional e sua importância na ressocialização

O docente que trabalha nos estabelecimentos penais tem o intuito de auxiliar na ressocialização para que os pessoas privadas de liberdade possam estar instruídos e motivados a se reerguer diante a sociedade e até mesmo diante sua família, conforme a mensagem do Secretário de Justiça e Segurança Pública, presente no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Amapá:

A educação no Sistema Penitenciário Amapaense, além de evitar a ociosidade, dar a pessoa privada de liberdade e aos egressos a oportunidade de estar preparado para o exercício de uma atividade profissional, da chance de resgatar a autoestima e reconstruir sua história (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, p. 11, 2022).

É importante destacar que a relevância da educação dentro das prisões está alinhada com dois objetivos amplamente valorizados pela sociedade: reduzir a ociosidade nas prisões, que, de acordo com algumas pesquisas, aumenta a probabilidade de reincidência, e oferecer aos condenados a oportunidade de, após serem libertados, terem uma opção para se envolver em atividades profissionais que requerem um nível mínimo de educação. Portanto, a escolha de retirar uma grande parte da população carcerária da ociosidade e colocá-la em salas de aula

não é um privilégio - como alguns argumentam - mas sim uma proposta que serve aos interesses da sociedade em geral (JULIÃO, 2011).

2.4.1 A EJA nos estabelecimentos penais

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi desenvolvida para oferecer oportunidades a pessoas com 15 anos ou mais que, por diversos motivos, não conseguiram concluir a educação básica no tempo adequado (LDB, 9394/96, Art. 37). Essa modalidade é direcionada especialmente para indivíduos de baixa renda que não têm acesso à conclusão do ensino básico regular.

O Plano Nacional de Educação, por meio da Lei n.º 010172, de 9 de janeiro de 2001, determinou que todas as instituições prisionais do Brasil deveriam implementar programas de educação de jovens e adultos, abrangendo os níveis fundamental, médio e formação profissional, até o ano de 2011. Esses programas visam proporcionar educação aos detentos, fortalecendo o conhecimento e promovendo a inclusão da diversidade cultural, com o objetivo de eliminar a exclusão tanto dos indivíduos em liberdade quanto dos que estão privados dela, garantindo uma educação formal.

A Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade educacional voltada para educandos-trabalhadores, tem como finalidade primordial o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, permitindo que os educandos desenvolvam sua consciência crítica, adotem atitudes éticas e assumam um compromisso político, tudo em prol do desenvolvimento de sua autonomia intelectual (DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2006).

2.4.2 O Ensino da Matemática

A Matemática desempenha um papel crucial no currículo escolar, não apenas como uma ferramenta para o desenvolvimento cognitivo, mas também como um meio de compreender e interpretar o mundo ao nosso redor. No entanto, o ensino da Matemática enfrenta desafios consideráveis, tanto em relação à sua compreensão pelos alunos quanto à eficácia das estratégias pedagógicas adotadas pelos educadores.

O ensino da Matemática é percebido pela comunidade escolar (pais, alunos, professores e equipe pedagógica) como um desafio a ser superado nas escolas. Em grande parte, isso se deve ao fato de que a Matemática ensinada nas salas de aula frequentemente

seguem abordagens tradicionais e não está conectada com sua aplicação prática no dia a dia, o que torna o ensino pouco atrativo. Como resultado, o processo de ensino e aprendizagem dessa disciplina muitas vezes não alcança resultados satisfatórios, e as taxas de reprovação continuam elevadas (ANDRADE, 2013).

Apesar do aumento do acesso ao ensino de Matemática, muitos estudantes ainda enfrentam desafios significativos nessa disciplina, o que também representa um obstáculo para os educadores que buscam transmitir o conhecimento. Isso ocorre, em parte, devido à dificuldade das instituições educacionais em acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas. O progresso de uma sociedade cada vez mais conectada e tecnológica tem gerado novas formas de interação, aprendizado e produção de conhecimento.

A necessidade de incorporar o uso de novas tecnologias na educação requer uma revisão das práticas pedagógicas em sala de aula e uma adaptação dos currículos para atender aos interesses dos alunos. A aprendizagem não está mais centrada apenas no professor, mas sim no processo de ensino e aprendizagem do aluno, onde sua participação ativa é fundamental para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas (AGUIAR, 2008).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este projeto, fundamenta-se em descritiva com abordagem qualitativa e delineamento de estudo de caso. Isto é, uma investigação que busca compreender e descrever fenômenos em profundidade, explorando as características e particularidades de um caso específico dentro de um contexto determinado. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador concentra-se em analisar detalhadamente um único caso ou um conjunto limitado de casos, a fim de obter uma compreensão mais profunda e holística do fenômeno em estudo.

A abordagem qualitativa permite uma exploração detalhada das experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes ao fenômeno em questão. O pesquisador coleta dados principalmente por meio de técnicas como entrevistas, observações dos participantes e análise de documentos, buscando capturar nuances e insights que não seriam facilmente captados por métodos quantitativos (CRESWELL; POTTH, 2018).

O delineamento de estudo de caso, por sua vez, envolve a investigação intensiva de um caso específico, seja ele uma pessoa, um grupo, uma organização ou uma comunidade. O pesquisador concentra-se em coletar dados detalhados e em profundidade sobre o caso, utilizando múltiplos métodos de coleta de dados para obter uma compreensão abrangente do fenômeno em estudo (YIN, 2018).

Para a abordagem metodológica deste trabalho, será utilizada a pesquisa qualitativa, que de acordo com Denzin e Lincoln (2006) diz que a pesquisa qualitativa adota uma perspectiva interpretativa do mundo, na qual os pesquisadores investigam os fenômenos em seus ambientes naturais, buscando compreendê-los através dos significados atribuídos a eles pelas pessoas envolvidas.

3.1 Local

O presente estudo teve como campo a Escola Estadual São José. Instituição de ensino dentro do Complexo Penitenciário de Macapá.

Neves, Santos e Picanço (2019) relatam que a instituição busca se adaptar às necessidades que surgem diariamente no convívio entre os membros dessa comunidade educacional. Isso é feito por meio de ações pedagógicas que se baseiam na compreensão da cultura escolar dentro do ambiente prisional e das interações que ocorrem no cotidiano da prisão e da escola, contribuindo assim para o processo de reintegração social.

3.2 Participante

Participou desta pesquisa um professor de Matemática.

3.3 Aspectos Éticos

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os parâmetros da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de 07 de abril de 2016 que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos e ciências sociais aplicadas, sendo estes isentos de quaisquer danos materiais ou físicos. Primeiramente, foi enviado para a direção um pedido de informação com o intuito de investigar a existência do(s) docente(s) de Matemática.

Por *e-mail*, foram explicados os objetivos da investigação ao participante, como também que a pesquisa seria realizada *on-line*. Para participar da pesquisa, os sujeitos deveriam assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), no formato *on-line*, antes de preencher o questionário para a coleta de dados.

3.4 Instrumento e etapas da pesquisa

A proposta deste projeto foi dividida em 3 (três) etapas. Na fase inicial, foi conduzida uma revisão bibliográfica visando aprimorar e atualizar o conhecimento na área de pesquisa em questão.

Após esta revisão, deu-se início à segunda fase, que envolveu a visita ao local onde ocorre a prática docente dentro do contexto em análise. Esta etapa teve como objetivo familiarizar-se com o ambiente escolar antecipadamente, com o acompanhamento da coordenação pedagógica da Escola localizada no estabelecimento penal de Macapá-AP.

A terceira etapa do estudo consistiu na aplicação de um questionário *on-line* (APÊNDICE B) destinado aos professores de matemática. Esta etapa visou coletar dados essenciais para uma análise mais aprofundada da prática docente no sistema prisional, incluindo suas metodologias e métodos de avaliação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O participante desta pesquisa é homem, tem 45 (quarenta e cinco) anos, e experiência profissional de 23 (vinte e três) anos como professor de matemática, sendo relevante destacar que, dentre esses anos dedicados ao ensino, 10 (dez) anos foram especificamente voltados ao ambiente prisional. Quanto à sua formação acadêmica, ele é licenciado em Matemática. E nos seus relatos, afirma que não recebeu treinamento específico para atuar no sistema prisional, nem durante sua formação inicial, tampouco dentro do próprio ambiente prisional.

Essa informação ressalta a importância de explorar as lacunas existentes na formação dos profissionais, especialmente quando inseridos em contextos específicos, como o sistema prisional. A ausência de treinamento direcionado pode afetar a eficácia e a adaptabilidade do educador, destacando a necessidade de considerar estratégias para aprimorar a preparação dos profissionais que trabalham nesse ambiente. Sobre esse assunto, NÓVOA (1995, p. 13) afirma que:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor (Nias, 1991). Urge, portanto, (re)encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se de seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro de suas histórias de vida.

Em relação ao ambiente de aprendizado no contexto prisional, este nos dá uma visão valiosa das complexidades enfrentadas pelos educadores. Ao ser questionado sobre a descrição do ambiente de aprendizado, o participante descreveu a situação de ensino como "muito difícil, porque eles não possuem uma regularidade em relação aos anos anteriores", e que os principais desafios enfrentados ao ensinar matemática em um ambiente prisional foram "a descontinuidade do ensino, pois a maioria deles parou de estudar e se matriculam na escola quase sem conhecimento nenhum no ensino médio".

A afirmação do participante destaca a instabilidade educacional como um fator de grande relevância no contexto prisional, influenciando diretamente o processo de aprendizagem. Isso indica que as variações e interrupções frequentes no ambiente educacional desempenham um papel significativo na dificuldade de proporcionar uma educação consistente e eficaz aos reclusos.

Neste contexto, o ensino da matemática não apenas representa uma parte

indispensável da educação, mas também constitui uma habilidade crucial para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades ao longo da vida. Ela estabelece uma base sólida para o pensamento analítico, a solução de problemas práticos e o sucesso em várias áreas. Como destacado pelo participante, "A Matemática básica é essencial para o dia-a-dia deles". No entanto, ao abordar o impacto específico do aprendizado de matemática na ressocialização dos detentos, o participante ressalta que "Só a matemática não resolve nada. Mas sim todos os saberes".

É viável educar matematicamente de forma a contextualizar os conhecimentos matemáticos com a vida do educando e, ao mesmo tempo, fomentar o pensamento crítico em relação à sociedade em que ele está inserido. A Educação Matemática Crítica (EMC) deve incluir uma dimensão voltada para a libertação do indivíduo, promovendo reflexões políticas, econômicas e sociais (DA CRUZ, 2022).

Quando questionado sobre as iniciativas ou programas de capacitação disponíveis para os docentes, o colaborador expressou desconhecimento sobre o assunto. Ele também apontou a falta de espaços para o compartilhamento de boas práticas pedagógicas.

As práticas pedagógicas englobam os métodos, estratégias e abordagens adotados pelos educadores para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos. Isso inclui a escolha de materiais didáticos, o planejamento de atividades de ensino, a interação em sala de aula e a avaliação do progresso dos estudantes. No ambiente prisional, onde as dinâmicas são distintas e os desafios são particulares, as boas práticas pedagógicas desempenham um papel ainda mais crucial na promoção de um ambiente educacional eficaz.

Conforme observado por ALTET (2017), os professores que empregam abordagens pedagógicas que concedem voz aos alunos, estabelecem relações de confiança entre professor e aluno, os incentivam na realização de tarefas e na resolução de problemas, fornecem orientação e avaliação, e mantêm expectativas elevadas para todos os alunos são aqueles que têm o maior impacto nos resultados de aprendizagem.

Quanto às metodologias de ensino, quando indagado sobre as mais eficazes no contexto prisional, o participante mencionou que "Só tenho a disposição apostilas que eu mesmo crio", e como estratégia para atender às necessidades dos alunos, afirmou que "A cada aula verifico o avanço da turma para dar o próximo passo". Nesse sentido, é relevante destacar que em um ambiente prisional, onde as normas são rigidamente estabelecidas para garantir a ordem e a segurança, e onde a disparidade de conhecimento e as particularidades de aprendizado podem ser acentuadas, é crucial implementar abordagens alternativas.

Formular políticas públicas para a educação em estabelecimentos prisionais requer

uma consideração cuidadosa da singularidade desse ambiente, que é regulado por normas destinadas a garantir a segurança e a atender às necessidades específicas dos indivíduos ali presentes. São homens e mulheres que enfrentam privações de direitos humanos fundamentais ao longo de suas vidas e agora estão inseridos em uma instituição que busca proporcionar educação, com o objetivo de ajudá-los a desenvolver um plano de vida que facilite sua reintegração social e educacional contínua. Selecionar estratégias pedagógicas adequadas é crucial para o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração as exigências dos indivíduos que participam da atividade educacional. Portanto, é fundamental aprofundar a compreensão de seus desejos, necessidades e interação com o conhecimento (ONOFRE; JULIÃO, 2013).

Quanto aos materiais didáticos e tecnológicos considerados mais úteis, conforme relatado pelo participante, são utilizados apenas materiais tradicionais, como quadro, giz e apostilas, o que reflete as circunstâncias práticas e as limitações enfrentadas no ambiente prisional. O fato de haver uma ampla disponibilidade desses recursos, conforme observado pelo colaborador, indica uma adaptação bem-sucedida do educador às condições específicas do contexto.

Esse cenário está em conformidade com a observação de ABREU (2008), quando analisa as abordagens pedagógicas empregadas em sala de aula, e relata que os professores reconhecem a escassez de recursos e frequentemente se veem limitados ao uso do diálogo como principal ferramenta de ensino. E esta ausência de materiais didáticos pode, de fato, desmotivar os alunos, como qualquer educador pode confirmar, uma vez que apenas o quadro, o giz e as carteiras estão disponíveis.

A valorização das experiências de vida dos alunos, incentivando-os a se tornarem co-participantes ativos no processo de aprendizagem, os capacita a se autoavaliarem, a criticarem, a refletirem e a estabelecerem uma verdadeira interação em grupo, promovendo a cooperação e um convívio harmonioso. Além, de incentivar a responsabilidade dos alunos em comparecer às aulas e favorecer uma relação direta e próxima entre professor e aluno, na qual os estudantes possam esclarecer suas dúvidas e, ao concluírem seus estudos, demonstrarem os conhecimentos adquiridos de forma tangível, além de receberem um certificado (ABREU, 2008).

O progresso acadêmico é um processo em andamento que envolve o aprimoramento constante, o avanço e o desenvolvimento de uma pessoa dentro do contexto educacional. Isso inclui a ampliação de conhecimentos, habilidades, competências e experiências acadêmicas ao longo do tempo. No que se refere ao desenvolvimento acadêmico e habilidades, o participante

foi questionado sobre sua avaliação do nível acadêmico dos alunos no sistema prisional, respondendo que é "Muito baixo".

Também foi destacado a instabilidade educacional como um dos fatores que contribuem para esse baixo nível, mencionando que os alunos enfrentam dificuldades com elementos básicos, como a falta de conhecimento fundamental, citando especificamente a tabuada. Quanto à questão de haver ou não diferenças no ensino entre homens e mulheres, o participante afirmou que não há distinção.

A instabilidade educacional emerge como um elemento significativo que contribui para o baixo nível acadêmico observado entre os alunos no contexto prisional. Esta instabilidade, mencionada pelo participante como um dos fatores influentes, reflete a falta de continuidade no processo de aprendizagem, resultando em lacunas no conhecimento e habilidades fundamentais. Esse desafio ressalta a importância de abordagens educacionais adaptadas e consistentes, que possam mitigar os efeitos negativos da interrupção da educação e proporcionar oportunidades de aprendizagem contínua (QUEIROZ; VARGAS; PEREIRA, 2021).

Na seção dedicada ao envolvimento dos alunos, foi questionado ao participante sobre quais estratégias seriam mais eficazes para motivar os alunos a participarem ativamente das aulas, e a resposta do participante: "Resolverem atividades em conjunto". Além disso, ao ser questionado sobre como é realizada a avaliação do progresso dos detentos no aprendizado de matemática, o participante afirmou que essa avaliação é feita por meio de atividades em sala de aula. Isso ressalta a importância de reconhecer os indivíduos reclusos como sujeitos com capacidades e valorizados pela sociedade, o que os motiva a participar das aulas de maneira satisfatória.

Como observado por Silva (2001), a participação do aluno é fundamental para o processo educacional, permitindo que ele se torne co-autor do conhecimento, em vez de apenas um receptor passivo. Em relação à integração entre o ensino de matemática e outras disciplinas, o participante mencionou a ausência dessa integração no sistema prisional, destacando a importância de buscar conexões entre diferentes campos acadêmicos para enriquecer o aprendizado.

A interdisciplinaridade, como abordada por Berti (2007), pode facilitar a obtenção de conhecimento novo e de natureza superior, promovendo uma abordagem mais holística da educação. Quanto aos desafios específicos enfrentados pelos professores, o participante afirmou nunca ter problemas significativos relacionados a questões comportamentais ou disciplinares.

No entanto, é fundamental reconhecer que a vigilância e a capacidade de lidar com desafios imprevistos são essenciais para manter um ambiente seguro e produtivo, mesmo em contextos onde as dificuldades são mínimas. Além disso, a educação no sistema prisional desempenha um papel crucial na desconstrução e reconstrução de ações e comportamentos, como discutido por Onofre e Julião (2013), oferecendo aos reeducandos uma oportunidade para entender e reconstruir suas vidas.

Quanto à relação entre os professores e os detentos, o participante afirmou que na sua escola a relação é marcada pelo respeito mútuo. Franco (2019) destaca a importância de os professores desenvolverem uma abordagem baseada no respeito ao passado de seus alunos e na criação de um ambiente de reflexão em sala de aula, promovendo o sentimento de pertencimento à sociedade e uma relação afetiva entre aluno e professor, mesmo em ambientes específicos como o sistema prisional.

Na seção dedicada ao suporte institucional, ao ser questionado sobre o apoio oferecido pela instituição prisional para suas atividades de ensino, o participante mencionou que a instituição atende seus pedidos sempre que possível.

Em relação à distribuição de livros didáticos e ao acervo das bibliotecas nos estabelecimentos penais, ele relatou que não há livros didáticos disponíveis e que a biblioteca depende de doações. Destaca-se a importância de garantir o acesso a materiais didáticos adequados para promover a qualidade do ensino na Educação de Jovens e Adultos, conforme mencionado no Edital de Convocação nº 02/2023 – CGPLI, publicado no Diário Oficial da União (DOU), seção 3, nº 247, em 29/12/2023, que convoca interessados a participar do processo de aquisição de obras didáticas, com o seguinte objetivo:

[...] convocação de interessados em participar do processo de aquisição de obras didáticas destinadas aos estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo o 1º Segmento, referente ao Ensino Fundamental I (Anos Iniciais - 1a a 4a Etapas) e o 2º Segmento, referente ao Ensino Fundamental II (Anos Finais - 5a a 8a Etapas) da Educação Básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

Na seção dedicada aos resultados e ao sucesso dos alunos, apesar dos aspectos discutidos anteriormente, o participante expressa uma avaliação positiva em relação ao desempenho dos alunos no aprendizado.

A análise das políticas públicas no contexto prisional requer uma investigação sobre como o governo está lidando com as questões relacionadas ao sistema prisional, incluindo a

eficácia dos programas em andamento e como eles estão contribuindo para a reintegração dos ex-detentos à sociedade. Embora o participante tenha mencionado não ter conhecimento sobre essas informações, destaca-se a existência do "Projeto Trilhando Novos Caminhos", implementado pelo Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) em 2019, em parceria com seu Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e outras instituições, com o objetivo de facilitar a reintegração dos egressos do sistema prisional ao mercado de trabalho.

Além disso, a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nº 307, de 2019, estabeleceu a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, uma iniciativa inédita no país que visa qualificar o atendimento e garantir direitos aos egressos por meio dos Escritórios Sociais, um programa fomentado pelo CNJ para apoiar pessoas egressas em todo o Brasil.

Esses programas têm como objetivo principal promover a reintegração dos egressos na sociedade e no mercado de trabalho, além de combater a discriminação e o preconceito enfrentados por aqueles que estiveram detidos. No entanto, é desafiador constatar que os professores que atuam nas prisões muitas vezes não estão familiarizados com esses programas e projetos.

Reconhece-se que o governo pode apresentar deficiências ao implementar um número insuficiente de políticas públicas para a ressocialização dos detentos em comparação com as expectativas. É importante ressaltar que as políticas educacionais estão em constante evolução, e é responsabilidade tanto dos professores quanto das instituições manter-se atualizados sobre essas mudanças para garantir uma prática pedagógica alinhada com os objetivos educacionais do Estado.

Considerando as diversas perspectivas e adaptações individuais à realidade da instituição prisional, é crucial examinar as dificuldades enfrentadas pelos egressos ao reintegrarem-se à sociedade após deixarem a prisão. Embora muitos não desejem retornar a esse ambiente, suas vidas podem ter se adaptado a ele como uma alternativa viável, o que destaca a necessidade de estratégias eficazes de reintegração social (Lauer mann, 2013).

Na seção dedicada à satisfação profissional, o participante declarou que os alunos demonstram grande respeito pelos professores e estão dispostos a realizar as atividades propostas, independentemente de sua natureza. Esse aspecto torna o trabalho gratificante para o professor, uma vez que os alunos são muito participativos durante as aulas.

Mesmo diante das diversas tentativas de reforma ao longo dos anos, os desafios persistem e colocam à prova a capacidade do sistema penitenciário em alcançar suas metas declaradas. Essa problemática transcende as próprias estruturas das instituições prisionais e

evidencia a urgência de uma abordagem mais abrangente e eficaz para a justiça criminal no Brasil. Uma abordagem que coloque em destaque a dignidade humana e busque promover alternativas ao encarceramento sempre que viável.

Portanto, examinar os obstáculos confrontados pelo sistema demanda uma análise abrangente e um comprometimento constante com os princípios dos direitos humanos e da justiça. Somente por meio de iniciativas colaborativas e reformas substanciais, pode-se almejar um sistema carcerário que genuinamente reflita os ideais democráticos e que honre a dignidade de todas as pessoas, independentemente de estarem detidas (SANTOS; CARVALHO FILHO, 2023).

Em resposta à seção de Sugestões e Melhorias, quando questionado sobre possíveis sugestões para aprimorar o ambiente educacional no contexto prisional, o participante expressou que não possui uma resposta direta, sugerindo que a questão requer um diálogo entre as autoridades responsáveis pela segurança pública e pela educação. Ele ressalta a existência de muitas peculiaridades nesse modelo de ensino e lamenta que, frequentemente, as discussões sobre melhorias no sistema educacional negligenciam completamente essa modalidade de ensino.

Destacamos o documento intitulado "Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais", elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). Esse documento resultou de uma série de debates conduzidos entre pesquisadores, representantes das Secretarias de Educação, órgãos responsáveis pela administração penitenciária e organizações não governamentais durante os Seminários Regionais pela Educação nas Prisões.

Esses seminários foram realizados em cinco regiões do país, abrangendo treze estados brasileiros. As discussões travadas nos Seminários Regionais culminaram no Seminário Nacional, que contou com a participação de representantes de todas as unidades da Federação. Como resultado dessas discussões, foi possível apresentar um conjunto de sugestões para que o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias (CNPCCP), elaborassem tal documento.

O art. 5º da Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, destaca a importância de abordagens inovadoras e adaptadas à realidade prisional, reconhecendo as peculiaridades desse contexto e buscando proporcionar oportunidades educacionais eficazes para os detentos.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as

especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional.

Essas Diretrizes são instrumentos fundamentais para promover uma abordagem consistente, respeitosa aos direitos humanos, desempenhando um papel crucial na promoção da qualidade da educação no sistema prisional. No entanto, a promoção de novas discussões sobre o ensino no sistema prisional é essencial para garantir que as políticas e práticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades em constante evolução desse ambiente complexo, contribuindo para a reabilitação e reintegração bem-sucedida dos detentos na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada buscou analisar e compreender o papel do professor e o ensino da Matemática no sistema prisional de Macapá-AP, evidenciando o papel crucial da educação na transformação social e na reintegração dos indivíduos à sociedade.

É evidente que a educação não se limita à transmissão de conhecimento, mas também é um instrumento poderoso para a transformação pessoal e social. No entanto, a educação no sistema prisional enfrenta diversas limitações, como a irregularidade na frequência dos alunos, a falta de material didático específico para a Educação de Jovens e Adultos e a ausência de formação específica para os professores que atuam nesse contexto.

Diante da análise das estratégias pedagógicas adotadas pelos professores de matemática no contexto prisional de Macapá-AP, fica evidente a importância de compreender o papel transformador e ressocializador do educador nesse ambiente desafiador. As diferentes abordagens pedagógicas observadas revelam não apenas a adaptação dos professores às particularidades do contexto prisional, mas também o compromisso em promover uma educação significativa e humana para os detentos.

Ao avaliar o processo de ensino da matemática dentro do sistema prisional de Macapá-AP, é possível constatar que, apesar dos obstáculos, os detentos demonstram interesse e participação nas aulas, ressaltando a relevância desse conhecimento para suas vidas cotidianas e futuras oportunidades de reinserção social. No entanto, os desafios enfrentados pelos detentos, como a instabilidade educacional e a falta de recursos didáticos adequados.

Os professores enfrentam dificuldades relacionadas à falta de formação específica para atuar nesse contexto, à ausência de materiais didáticos adequados e à necessidade de lidar com as dinâmicas e normas restritivas das prisões. Por outro lado, os detentos enfrentam desafios como a descontinuidade do ensino, a falta de conhecimentos básicos e a falta de integração entre as disciplinas.

É fundamental que sejam adotadas medidas para fortalecer e aprimorar o ensino de matemática no ambiente prisional. Isso inclui investimentos em formação continuada para os professores, a disponibilização de recursos didáticos adequados, a promoção de parcerias entre instituições educacionais e o sistema prisional, e o desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam a importância da educação como ferramenta fundamental para a ressocialização dos detentos. Somente assim será possível garantir que o ensino de matemática contribua efetivamente para a transformação positiva das vidas dos detentos e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Almiro Alves de. **Educação entre grades**: um estudo sobre a educação penitenciária no Amapá. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2490>. Acesso em 25 jan. 2024.

AGUIAR, Eliane Vigneron Barreto. As novas tecnologias e o ensino-aprendizagem. **Revista vértices**, v. 10, n. 1/3, p. 63-72, 2008. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20080006>. Acesso em 22 dez. 2023.

ALTET, Marguerite. A observação das práticas de ensino efetivas em sala de aula: pesquisa e formação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, p. 1196-1223, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Kw9Wt8FzG8NtDmcy9sYvDcQ/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

AMADO, J.: ‘Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial’. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol.VI (suplemento), 813-832, setembro de 2000. Disponível em: <http://v6s0a03.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

ANDRADE, Cíntia Cristiane de. **O ensino da matemática para o cotidiano**. 2013. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20861>. Acesso em 22 dez. 2023.

BERTI, Valdir Pedro. **Interdisciplinaridade**: um conceito polissêmico. 235 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-07052013-145350/en.php>. Acesso em 26 jan. 2024.

Bessil MH, Merlo ÁRC. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. **Psicol Esc Educ** [Internet]. 21(2):285–93, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121115>. Acesso em 21 maio 2023.

BRASIL. Código Criminal (1830). **Código Criminal do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221763>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Edital de Convocação nº 02/2023 - CGPLI. Edital de Convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro e do material didático PNLD EJA 2025-2028. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 247, de 29 dez. 2023.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabele as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Lei Nº 7.209, de 11 de Julho de 1984. **Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.** Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.172, 09 janeiro de 2001. **Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências.** Brasília: DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Resolução do CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019. **Institui a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.** Brasília, DF.

BRASIL. Resolução Nº 03 de 11 de Março de 2009. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais.** Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpcp/resolucoes/2009/resolucao-no-3-de-11-de-marco-de-2009.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

BRASIL. Resolução Nº 2 de 19 de Maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais.** Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 jan. 2024.

BURGARELLI, Ricardo Miranda. **Um homem que conta histórias é de maior confiança do que um homem que dá conselhos.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AR4FVX>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COYLE, Andrew. **Administração Penitenciária: uma abordagem de Direitos Humanos: manual para servidores penitenciários.** Londres: International Centre for Prison Studies, 2002, p. 111. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/portugese_handbook.pdf. Acesso em: 08/04/2023.

CRESWELL, J. W.; POTH, C. N. **Qualitative Inquiry and Research Design: choosing among five approaches.** [S.l.]; Sage, 2018.

DA CRUZ, Djalma Machado. A educação matemática inclusiva no sistema prisional e suas controvérsias: Inclusive mathematics education in the prison system and its controversies. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 53122-53139, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/50593>. Acesso em: 23 jan. 2023.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/863>. Acesso em: 26 maio 2023.

ENGBRUCH, Werner; SANTIS, Bruno Morais di. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. **Revista Liberdades**. Disponível em: https://www.academia.edu/7277103/A_evolu%C3%A7%C3%A3o_hist%C3%B3rica_do_sistema_prisional_e_a_Penitenci%C3%A1ria_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 12 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1988. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.

FRANCO, S. R. B. **Educação em Prisões: a formação docente**. Trabalho de Conclusão. (Graduação) - Faculdade de Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/206670>. Acesso em: 19 de jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JULIÃO, E. F. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C., eds. **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas** [online]. São Carlos: EdUFSCar, 2011, pp. 191-222. ISBN: 978-85-7600-296-3. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ftg2t/pdf/lourenco-9788576002963-10.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

LAUERMANN, Jusiene Denise; GUAZINA, Félix Miguel Nascimento. **Para além dos muros institucionais: problematizando os discursos dos egressos do sistema prisional**. Barbaroi, n. 38, p. 178-197, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-65782013000100010&script=sci_arttext. Acesso em 26 jan. 2024.

LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **O espaço da prisão e suas práticas educativas: enfoques e perspectivas contemporâneas**. Edufscar, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/ftg2t/pdf/lourenco-9788576002963.pdf>. Acesso em 28 dez. 2023.

MATTOS, Sandra M.N. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre, RS: Fi, 2020, p. 50.

NASCIMENTO, Valdete Batista do. **Educação de adultos no sistema prisional: estudo de caso sobre a educação de adultos em uma penitenciária brasileira**. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação (área de especialização em Educação de Adultos) - Universidade do Minho de Portugal. pág. 39. 2016. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/44486> . Acesso

em: 18 maio 2023.

NEVES, Edmar S.; SANTOS, Marlene L.; PICANÇO, Janaína D. **Educação prisional no Estado do Amapá: da prisão que pune a escola que liberta.** [s.l.: s.n.,s.d.]. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60180>. Acesso em: 24 jan. 2024.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (org.). **Os professores e a sua formação.** 2. ed. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA, Heloisa dos Santos Martins de. O Caracter Ressocializador da Atividade Laborativa. **II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Extensão Universitária**, v. 2, n. 2, (2006). Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1176/1125>. Acesso em 13 maio 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação e Realidade**, v. 38, n. 01, p. 51-69, 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432013000100005&script=sci_abstract. Acesso em 28 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 13 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação/Departamento da Educação Básica, 2006.

AMAPÁ. Secretaria de Estado de Educação; Coordenadoria de Educação Específica; Secretaria Adjunta de Políticas de Educação. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas (2022).** Macapá, 2022. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/IAPEN_05817f2a5cd629522fcd02688d5941c3.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

QUEIROZ, Caio Ramon; VARGAS, André Barbosa; PEREIRA, Carlos Alberto Sanches. Abordagens metodológicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem de Anatomia Humana nos últimos 50 anos e aplicações aos graduandos em Fisioterapia. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 7, p. e171421-e171421, 2021.

ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. Direitos fundamentais na Constituição de 88. **Themis Revista da Esmec**, v. 1, n. 2, p. 1, 1998. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/view/393/376>. Acesso em: 07 maio 2023.

SANTOS, Rayane Gabriela da Silva; CARVALHO FILHO, Gilson Ribeiro. A REALIDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO BRASIL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 9, p. 1837–1847, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11307. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11307>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa a educação presencial e à distância em sintonia com a era digital e com a cidadania.** INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação. IN: XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS - setembro de 2001. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/projeto-trilhando-novos-caminhos-programacao-de-acolhimento-e-reinsercao-social-a-egressos-e-realizada-em-macapa.html>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, Raphael Lemos Pinto Lourenço. **Dignidade da Pessoa Humana**: origens, fases, tendências, reflexões. Escola de magistratura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/raphaellemospintosilva.pdf. Acesso em: 13 maio 2023.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Mathéus Conceição. Contexto histórico da educação brasileira. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/contexto-historico-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 14 maio 2023.

TAVARES, Elton. **Projeto Trilhando Novos Caminhos**: programação de acolhimento e reinserção social a egressos é realizada em Macapá. Portal do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, 2023. Disponível em: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/projeto-trilhando-novos-caminhos-programacao-de-acolhimento-e-reinsercao-social-a-egressos-e-realizada-em-macapa.html>. Acesso em: 29 jan. 2023.

VASQUEZ, Eliane Leal. **Sociedade cativa**: entre cultura escolar e cultura prisional - uma incursão pela ciência penitenciária. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

YIN, R. K. **Case Study Research and Applications**: design and methods. [S. l.]; Sage, 2018.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada A Prática Docente e o Ensino da Matemática no Sistema Prisional de Macapá-AP, com o objetivo principal de investigar como ocorre a prática docente do professor de matemática no sistema prisional de Macapá-AP.

Sua participação é voluntária e se dará, nessa etapa, em ambiente virtual por meio do preenchimento do questionário on-line (google forms), destacamos que por ser uma pesquisa por meio eletrônico e em função das limitações das tecnologias utilizadas, informamos que há limitações para assegurar total confidencialidade e há potencial risco de sua violação, porém haverá monitoramento diário de qualquer atividade suspeita no endereço eletrônico das pesquisadoras.

Estou ciente de que a minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar será mantido em sigilo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Declaro que fui informado(a) de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e se desejar sair da pesquisa não sofrerei qualquer prejuízo.

Pesquisadores Responsáveis: Maissa de Sá Lobato e Mascilene Almeida dos Santos Telefone para contato: (96)XXXX -XXXX/(96)XXXX-XXXX

E-mail para contato: xxxxxxxxxxxx@gmail.com /xxxxxxxxxxxx@gmail.com.

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo e tive a oportunidade de discutir as informações nele contidas. Todas as minhas perguntas foram respondidas e estou satisfeito(a) com as respostas. Enfim, tendo sido orientado(a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, eu manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar, por minha participação.

1. Diante dos termos acima, você concorda de livre e espontânea vontade em

*** participar como colaborador ?**

Sim

Não

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre o tema O Ensino da Matemática no Sistema Prisional de Macapá-AP. Formulário elaborado para obter informações a serem incluídas no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) das alunas Maissa de Sá Lobato e Mascilene Almeida dos Santos, discentes do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP / campus Macapá.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

2. Idade:*

3. Sexo:*

4. Há quanto tempo você atua como professor?*

5. Há quanto tempo você atua no ambiente prisional?*

FORMAÇÃO

6. Qual é a sua formação acadêmica?*

7. Você recebeu treinamento específico para atuar no sistema prisional durante sua formação inicial?*

Sim

Não

8. Se a resposta da pergunta anterior foi sim, informe em que momento e como foi esse

treinamento? E se esse treinamento impactou na sua prática de ensino.

9. Você recebeu treinamento específico dentro do ambiente prisional?*

Sim

Não

10. Se sim, informe em que momento e como foi esse treinamento? E se esse treinamento impacta a sua prática profissional?

PERCEPÇÃO GERAL

11. Como você descreveria o ambiente de aprendizado no contexto prisional?*

12. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao ensinar matemática em um ambiente prisional?*

13. Na sua opinião, qual é a importância do ensino de matemática no contexto prisional?*

14. Como você percebe o impacto do aprendizado de matemática na ressocialização dos detentos?*

15. Quais são as iniciativas ou programas de capacitação disponíveis para os docentes?*

16. Existem espaços para compartilhamento de boas práticas pedagógicas?*

METODOLOGIAS DE ENSINO

17. Que metodologias de ensino você encontra mais eficazes neste contexto?*

18. Como você adapta suas estratégias de ensino para atender às necessidades dos alunos no sistema prisional?*

19. Quais materiais didáticos e tecnológicos você considera mais úteis?*

20. Qual é a disponibilidade desses recursos?*

DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E HABILIDADES

21. Como avalia o nível acadêmico dos alunos no sistema prisional?*

22. Quais são as principais dificuldades acadêmicas que você observa nos alunos?*

23. Existem diferenças nas necessidades educacionais entre os alunos do sexo masculino e do sexo feminino no sistema prisional?*

Sim

Não

24. Se sim, quais?

25. Como é realizada a avaliação do progresso dos detentos no aprendizado de matemática?*

ENVOLVIMENTO DOS ALUNOS

26. Quais estratégias são mais eficazes para motivar os alunos a participar ativamente das aulas? *

27. Existe integração entre o ensino de matemática e outras disciplinas no sistema prisional?*

DESAFIOS ESPECÍFICOS

28. Quais são os desafios enfrentados ao lidar com questões comportamentais ou disciplinares?*

29. Como esses desafios impactam a abordagem pedagógica?*

30. Como é a relação entre os professores e os detentos nas instituições prisionais?*

31. Essa relação influencia o processo de ensino-aprendizagem?*

32. Como você aborda situações em que os alunos apresentam comportamento desafiador?*

SUPORTE INSTITUCIONAL

33. Em que medida a instituição prisional oferece suporte para suas atividades de ensino?*

34. Como é realizada a distribuição de livros didáticos e acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais?*

35. Como a colaboração com outros profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, impacta seu trabalho?*

RESULTADOS E SUCESSO DO ALUNO

36. Como você mede o sucesso acadêmico dos alunos no contexto prisional?*

37. Que tipo de apoio é oferecido aos alunos após a sua liberação para continuar sua educação?*

SATISFAÇÃO PROFISSIONAL

38. O que mais o satisfaz no trabalho com alunos no sistema prisional?*

Sugestões e Melhorias

39. Que sugestões você teria para melhorar o ambiente de aprendizado no ensino prisional?*

40. Existem recursos adicionais ou formações que você acredita serem necessários?*
